

## A AUTONOMIA DAS MULHERES NA ESCOLHA DA VIA DE PARTO

Mariana Vieira Lopes<sup>1</sup>  
Maria Raquel Antunes Casimiro<sup>2</sup>  
Anne Caroline de Sousa<sup>3</sup>  
Edna Talles Lima Cavalcanti<sup>4</sup>  
Catarina Dias Duarte<sup>5</sup>  
Geane Silva Oliveira<sup>6</sup>

**RESUMO:** **Introdução:** A autonomia das mulheres na escolha da via de parto é um tema fundamental para a promoção dos direitos reprodutivos e da saúde materna. A pesquisa tem como tema: a autonomia das mulheres na escolha da via do parto. Nessa perspectiva, foi adotado como **questão-norteadora:** será que as mulheres têm de fato autonomia na escolha da via do parto? E a **metodologia:** o presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, baseada na questão norteadora supracitada. A coleta dos dados aconteceu entre os meses de fevereiro e março do ano de 2025 através das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), recorrendo aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): dois descritores ('Trabalho de Parto' e 'parto'), e ainda, o uso de seus sinônimos ('liberdade de parto', 'parturiente', 'nascimento', 'parturição'). Para os critérios de inclusão foram adotados: artigos publicados entre os anos de 2019 a 2024, artigos disponíveis em português gratuitamente nos sites descritos acima, que abordem a temática e que estejam disponíveis na íntegra. Dessa forma, foram excluídos os artigos duplicados, monografias, artigos incompletos, dissertações e aqueles que fujam da proposta do referido estudo. **Resultados e discussões:** É necessário entender que o acolhimento e o acesso às informações garantem o respeito à mulher em sua totalidade durante a escolha da via de parto. Nesse sentido, o enfermeiro é responsável pela melhoria da atenção ao parto e nascimento. E ainda, é fundamental compreender as características da qualidade do atendimento de enfermagem. **Conclusão:** Portanto, torna-se imprescindível o cuidado contínuo em razão das práticas de atendimento respeitosa e a redução de intervenções desnecessárias.

3749

**Palavras-chave:** Autonomia. Parto cesárea ou normal. Saúde da mulher.

<sup>1</sup>Pós-graduada em psicopedagogia clínica e institucional-FAVENE, graduada em pedagogia/geografia-UFMG, graduanda do curso de enfermagem-UNIFSM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0139546965295361>.

<sup>2</sup>Docente do Centro Universitário Santa Maria. Mestre em enfermagem-UFMG, doutoranda em gestão de recursos naturais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4810493479931154>.

<sup>3</sup>Docente do Centro Universitário Santa Maria. Especialista em docência do ensino superior-UNIFSM. Graduada em enfermagem-UNIFSM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5519005644690592>.

<sup>4</sup>Graduada em enfermagem-UNIFSM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5519005644690592>.

<sup>5</sup>Graduada em enfermagem-UNIFSM. Graduada em pedagogia-FASP.

<sup>6</sup>Docente do Centro Universitário Santa Maria. Mestre em enfermagem-UEPB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3118694417234531>.

## I INTRODUÇÃO

A escolha da via de parto, seja parto normal ou cesárea, é uma decisão que deveria envolver a autonomia da mulher, baseada em informações adequadas e no respeito às suas preferências. A diretora do Escritório do Fundo das Nações Unidas para a População - UNFPA, em Genebra, Mônica Ferro (2021), relaciona a autonomia reprodutiva ao direito das mulheres de tomar decisões conscientes sobre sua saúde e corpo, um princípio fundamental na promoção dos direitos humanos e da igualdade de gênero

O Ministério da Saúde enfatiza a importância de respeitar a autonomia da mulher na escolha da via de parto, promovendo práticas que priorizem a segurança e a humanização no atendimento obstétrico. A política de atenção ao parto e nascimento no Brasil, estabelecida pelo Ministério da Saúde, incluem diretrizes para garantir que a decisão sobre a via de parto seja tomada de maneira informada e respeitando os desejos da mulher, sempre que possível (Brasil, 2022).

Além disso, o artigo 3 do Projeto de Lei N.º 3.635, de 2019, “Nas maternidades, nos hospitais que funcionam como maternidades e nas instituições afins, será afixada placa com os seguintes dizeres: “Constitui direito da parturiente escolher a via de parto, normal ou cesariana, a partir da trigésima nona semana de gestação” (Brasil, 2019). Nesse contexto, é possível compreendermos que, o projeto de Lei, garantirá a autonomia da gestante em decidir como deseja dar à luz, informar sobre seus direitos, e prioriza a humanização do parto, promovendo práticas respeitadas e centradas na mulher no contexto obstétrico. Mas, é importante destacar que, embora o direito seja assegurado, a decisão precisa considerar a saúde da mãe e do bebê e ser discutida com o médico responsável.

De acordo com dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos- SINASC (Brasil, 2024), no Brasil, entre o período de 2018 a 2024, a média de partos que ocorreram por via vaginal foi de 43,99% e por cesariana foi de 55,94%. Evidenciando que o número de cesáreas permanece superior à taxa de 10% a 15% preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

De acordo com Rocha (2022), a escolha da via de parto começa nas primeiras consultas das gestantes, no pré-natal, quando surgem diversas dúvidas sobre a hora do parto. É crucial que

a gestante seja bem orientada tanto pela enfermeira que realiza o pré-natal quanto pelo médico obstetra que irá avaliar e orientar a gestante sobre a via de parto mais adequada para a gestante.

O foco na autonomia permite que as mulheres tenham um papel ativo nas decisões sobre seu corpo e o nascimento de seus filhos, contribuindo para experiências mais positivas e para a melhoria dos desfechos de saúde. Rocha (2022), destaca que é importante destacar o papel e as contribuições da enfermagem na escolha da via de parto, e como isso torna-se fundamental para promover a autonomia das mulheres e apoiá-las nesse processo de tomada de decisão informado e baseado em evidências.

No entanto, vários fatores podem influenciar essa autonomia, como práticas hospitalares, intervenções médicas desnecessárias, falta de informação adequada e pressões sociais (Pereira; Rech; Morini, 2020). A escolha do tema “autonomia das mulheres na escolha da via de parto” é justificada pela sua relevância para a saúde pública e pelos direitos reprodutivos das mulheres. Essa temática é essencial para compreender como as decisões sobre o parto são influenciadas por fatores sociais, culturais, econômicos, pelo sistema de saúde, e para promover um atendimento obstétrico que respeite as escolhas e o bem-estar de todas as mulheres.

3751

Diante disso, o estudo partiu do seguinte questionamento: será que as mulheres têm de fato autonomia na escolha da via do parto? Para tanto, o artigo foi subdividido em etapas que nos auxiliou para melhor responder esse questionamento de tamanha relevância para as mulheres.

## 2 METODOLOGIA

Este artigo teve como questão-norteadora a investigação sobre a autonomia das mulheres na escolha da via do parto, considerando a relevância desse tema para a saúde materna. Foram apresentadas uma análise dos estudos disponíveis nos sites da Biblioteca Virtual da Saúde - BVS e na Scientific Electronic Library Online - Scielo, a fim de contribuir para a compreensão e discussão sobre a temática da escolha da via do parto e a autonomia das mulheres nesse processo.

Dessa forma, o presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Conforme Souza, Silva e Carvalho (2010) para o processo de elaboração da revisão integrativa

é necessário seguir algumas fases que são: a primeira fase é a elaboração da pergunta norteadora; a segunda fase consiste na busca de dados e os critérios de amostragem; a terceira fase é definida pela coleta de dados, nesse caso, extrair as informações importantes para o estudo dos artigos selecionados; a quarta fase será realizada uma análise crítica dos estudos incluídos mediante o delineamento do estudo; a quinta fase corresponde a discussão dos resultados, isto é, interpretação e síntese dos resultados obtidos, e por último a sexta fase caracteriza-se pela apresentação da revisão integrativa em relação às informações pertinentes e o detalhamento do conhecimento produzido.

Em conformidade com a temática o estudo seguiu a pergunta norteadora: será que as mulheres têm de fato autonomia na escolha da via de parto?

Nesse sentido, realizou-se a coleta de dados entre os meses de fevereiro a março de 2025. As bases de dados utilizadas foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO), de forma integrada ao Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), utilizou-se de dois descritores ('Trabalho de parto' e 'parto'), e ainda, o uso de seus sinônimos ('liberdade de parto', 'parturiente', 'nascimento', 'parturição'). Dispondo-se de ampliação na investigação pelos estudos, delimitados pelos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) associados ao booleano and. com a intenção de alcançar uma visão contextualizada relacionada à temática.

3752

Para a inclusão dos artigos, foram utilizados os seguintes critérios: artigos publicados entre os anos de 2019 a 2024, em português, que estejam disponíveis na íntegra. Após analisar os títulos e os resumos. Foi necessário excluir artigos repetidos nas bases de dados, monografias, artigos incompletos e aqueles que não sejam relevantes para o objetivo do estudo.

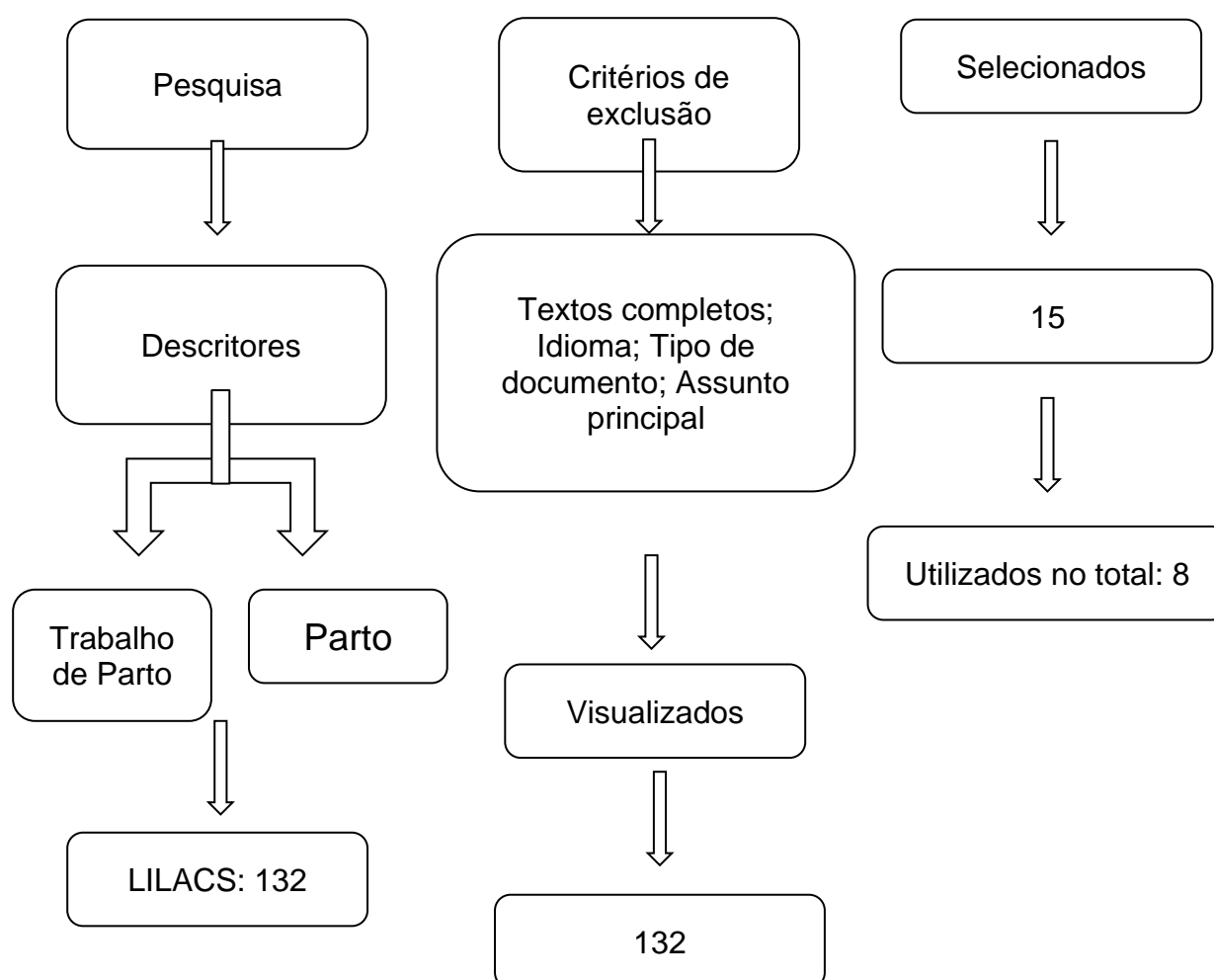
Em conformidade com as indicações para a coleta dos dados foram encontrados 132 artigos, dos quais, restaram 15 artigos para a leitura e a seleção. Logo, foram selecionados 8 artigos que realmente se adequam ao esperado para a construção desse estudo, em seguida, analisados e agrupados em formato de quadro com colunas que destacam os critérios empregados para a inclusão destes no referido estudo a fim de que possa colaborar com a discussão.

É importante salientar que esta pesquisa assegurou o respeito no uso dos resultados das pesquisas disponíveis, apesar de não ter sido submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa, uma vez

que se trata de uma revisão integrativa da literatura. Portanto, o estudo atendeu aos princípios científicos aceitos.

Por fim, na figura 1, a seguir, organizamos o fluxograma da pesquisa, no qual apresenta a sequência das etapas para o desenvolvimento desta revisão de literatura.

**Figura 1-** Fluxograma metodológico da pesquisa



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### 3 RESULTADOS

Após a pesquisa, foram escolhidos oito (8) artigos que atenderam aos critérios de inclusão predeterminados na construção desse trabalho, os quais estão dispostos em uma tabela.

**Quadro 1-** Resultados da análise sobre a autonomia das mulheres na escolha da via de parto

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR(ES) ANO	OBJETIVO	PERIÓDICO	PRINCIPAIS RESULTADO S
A1	Escolhas das mulheres no processo de parto: revisão integrativa	Honnef <i>et al.</i> (2019)	Identificar as evidências científicas nacionais acerca das escolhas das mulheres no processo de parto e os aspectos que as influenciam.	Ciênc. saúde cuid.	Foi possível depreender que estão atreladas à expectativa de um processo de parto em que seja ampliado o acesso à informação, por meio de visitas domiciliares, participação em grupos de gestantes e durante as próprias consultas médicas ou de enfermagem, tendo em vista a autonomia feminina no processo de parto.
A2	Assistência ao parto e nascimento sob a ótica de puérperas atendidas em uma maternidade pública	Morais <i>et al.</i> (2019)	Analisar a assistência ao parto e nascimento sob a perspectiva de puérperas atendidas em uma maternidade pública.	Revista de Enfermagem da UFSM	O estudo revelou que as puérperas atendidas em uma maternidade pública enfrentam falta de assistência humanizada, insatisfação com o atendimento e pouca informação sobre os benefícios do parto normal. Relataram tratamento impessoal, falta de suporte emocional e desconhecimento de seus direitos. O artigo destaca a necessidade de um atendimento mais acolhedor e informado, reforçando a importância da humanização do

					parto.
A <sub>3</sub>	A escolha da via de parto e a autonomia das mulheres no Brasil: uma revisão integrativa	Rocha, Ferreira (2020)	Apresentar e discutir quais os determinantes e como ocorre a escolha da via de parto, levando em conta o direito de autonomia das mulheres.	Rev. Saúde debate	O estudo mostra que a autonomia das mulheres na escolha do parto no Brasil é limitada por influência médica, mitos culturais, desigualdade social e falhas na implementação de políticas de humanização. A cesariana ainda é muitas vezes incentivada sem necessidade, e a informação sobre o parto normal precisa ser fortalecida.
A <sub>4</sub>	Barreiras à implementação o de recomendações ao parto normal no Brasil: a perspectiva das mulheres	Vidal, Barreto, Rattner. (2020)	Identificar barreiras à implementação das diretrizes de assistência ao parto normal no Brasil sob a perspectiva das mulheres.	Rev Panam Salud Publica.	O estudo aponta para a necessidade de reflexão sobre as políticas e práticas de saúde direcionadas à assistência ao parto e nascimento, considerando como os diferentes atores se inserem nessa dinâmica e compreendendo os limites e potencialidades da atenção à saúde desse grupo específico.
A <sub>5</sub>	Práticas sociais do parto e do nascer no Brasil: a fala das puérperas	Leal <i>et al.</i> , (2021)	Analisar as opiniões de um grupo de mulheres sobre a atenção recebida em maternidades vinculadas ao Programa Rede Cegonha, do Ministério da	Rev. Cienc saude colet (impr) / Cienc saude colet (online)	Este estudo analisa as opiniões de mulheres sobre a atenção recebida em maternidades vinculadas ao Programa Rede Cegonha, destacando temas como o relacionamento

			Saúde.		entre puérperas e equipe de saúde, direito à informação, presença do acompanhante e qualidade dos serviços hospitalares.
A6	Práticas discursivas acerca do poder decisório da mulher no parto	Mauadie <i>et al.</i> (2022)	Analisar o poder decisório da mulher no parto expresso nas práticas discursivas de enfermeiras e médicos residentes da área de obstetrícia.	Interface - Comunicação, Saúde, Educação (botucatu, online)	Apesar de a medicalização permanecer como o discurso da “verdade” na obstetrícia, a política de humanização do parto valoriza o protagonismo feminino e constitui a subjetividade materna ativa, mas tenciona a autoridade profissional e incita atitudes de resistência, especialmente entre os médicos.
A7	Fatores que influenciam a decisão da via do parto	Rodrigues, <i>et al.</i> (2022)	Verificar os fatores que influenciam a parturiente na decisão da via de parturição e identificar a preferência da via de parto em uma próxima gestação.	Rev cient esc estadual saúde pública de goiás cândido santiago	Independente da preferência da via de parto, diante do conflito da decisão, o profissional de enfermagem pode prestar assistência à parturiente encorajando a e esclarecendo suas dúvidas acerca das vias de parto, permitindo, assim, que o momento da parturição seja vivenciado de forma tranquila e satisfatória.



A8	Aspectos relacionados às preferências e vivências das mulheres perante as vias de parto.	Reis <i>et al.</i> (2022)	Analisar as preferências e vivências das mulheres perante as vias de parto	Enferm Foco	Ambas as vias de parto, seja cesariana ou normal, podem e devem ser humanizadas, respeitando a mulher e seu corpo. Os sentimentos e experiências das mulheres durante o nascimento de seus filhos, serão conforme a vivência durante todo o pré-natal, trabalho de parto e parto.
----	--	---------------------------	--	-------------	---

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

## DISCUSSÃO

Uma boa maneira de entendermos o vínculo entre a autonomia das mulheres e a escolha da via de parto é analisar as concepções deste acerca da temática saúde materna. De fato, a promoção dos direitos reprodutivos é o espaço que possibilita a garantia da escolha da via de parto, e reafirma a promoção da saúde materna.

Diante disso, faz-se necessário mencionar que o conceito de escolha é destacado nessa discussão em razão da sua importância para o cuidar na e para a maternidade e a garantia do protagonismo feminino, frente à tomada de decisões, e ainda, a participação ativa nesse processo. Nessa direção, é preciso sublinhar que, a atitude dos enfermeiros, na verdade, as boas práticas garantem o respeito à mulher em sua totalidade. Trata-se do acesso às informações e do acolhimento dos profissionais para garantir a segurança e bem-estar durante esse processo (Honnef *et al.*, 2019).

Assim dito, uma primeira aproximação que podemos destacar com relação à assistência ao parto é a experiência única vivenciada pela mulher, o que nos permite enaltecer a significância psicológica que cada mulher constrói nesse processo. Com isso, percebemos que o parto não é somente fisiológico, pressupondo qualidade no atendimento da equipe de enfermagem, tendo em vista as necessidades subjetivas (Morais *et al.*, 2019).

Dessa forma, Rocha e Ferreira (2019), reafirmam que a qualidade do atendimento enfatiza a relação paciente-médico, enquanto fator fundamental para determinar a escolha da via de parto. Porém, das críticas às interpretações acerca do saber técnico, resta ainda o estigma do não saber da mulher, fato pelo qual pode-se ressaltar a necessidade de assegurar a promoção e educação em saúde quanto ao parto durante a gestação. Outra questão a se considerar é o perfil socioeconômico das mulheres e os aspectos predominantes de cada serviço - público ou privado e suas disparidades.

É a partir dessa compreensão que queremos pensar um pouco a respeito das dificuldades relacionadas à formação e cultura profissional que corresponde a centralidade dos médicos, e não das mulheres; a cultura social diz respeito ao desconhecimento e falta de informações para a população, e ainda, às questões políticas e de gestão que envolve a vivência da exclusão, seja na remuneração dos profissionais, infraestrutura hospitalar ou até mesmo na fiscalização (Vidal; Barreto; Rattner, 2020).

Nessa perspectiva, discorrer sobre a melhoria da atenção ao parto e nascimento corrobora para as boas práticas do nascer, o que consideramos a garantia do direito social. Não podemos esquecer, contudo, que as mudanças na atenção à saúde materna envolvem assegurar o planejamento familiar e atenção humanizada no parto e nascimento. A partir disso, ressaltamos a necessidade de qualificar os serviços vinculados à saúde da mulher (Leal *et al.*, 2021).

É nesse contexto que Mauadie *et al.* (2022), destaca a recorrência da prática discursiva de controle do risco pelos profissionais, ou seja, os discursos profissionais se baseiam na relação de poder e de controle para persuadir o comportamento das mulheres durante a parturição. A esse respeito, Rodrigues *et al.* (2022), se posicionam enfatizando a quantidade de cesarianas realizadas eletivamente, destacando não haver benefícios, torna-se uma atitude prejudicial, especificamente no que concerne à saúde materno-infantil.

Como vimos, a qualidade do atendimento da equipe de enfermagem é percebida como um dos fatores mais importantes durante a escolha da via de parto. Podemos enunciar que o momento do parto é diferente para cada mulher, e como experiência distinta, de mulher para mulher, de instituição e profissional, contam e possibilitam um momento desafiador. Portanto,

é necessário caminhar nessas direções: respeito, acesso e exercício da cidadania (Reis *et al.*, 2022).

## CONCLUSÃO

A autonomia das mulheres na escolha da via de parto é um direito fundamental que deve ser garantido por meio de políticas de saúde inclusivas e práticas de atendimento respeitadas. A revisão da literatura evidenciou que, embora existam barreiras significativas para essa autonomia, também há oportunidades para intervenções que promovam um ambiente mais favorável à tomada de decisões informadas pelas mulheres. Investir na educação das mulheres e no treinamento dos profissionais de saúde é crucial para garantir que as decisões sobre a via de parto sejam baseadas em evidências e no respeito às preferências individuais.

A partir do estudo, foi possível compreender que a atuação da enfermagem é crucial para empoderar as mulheres na escolha da via de parto, e acompanhamento na hora do parto, garantindo que suas decisões sejam respeitadas e baseadas em informações claras e precisas. Essa abordagem promove a saúde materna e neonatal integralmente, centrada nas necessidades e desejos da mulher, o que é um componente-chave para melhorar os desfechos de saúde e a satisfação com a experiência do parto.

3759

Portanto, estudar e discutir a autonomia das mulheres na escolha da via de parto é fundamental para aprimorar as práticas de cuidado obstétrico, reduzir intervenções desnecessárias e garantir que os direitos das mulheres sejam respeitados no processo de parto e nascimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Saúde atualiza diretriz nacional de assistência ao parto normal**. Brasília, 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 3.635, de 2019**. Dispõe sobre [tema do projeto de lei, se aplicável]. Art. 3. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

FERRO, Mônica. O meu corpo me pertence. Nações Unidas. **ONU NEWS - Perspectiva Global Reportagens Humanas**, online, disponível em: Metade das mulheres sem autonomia sobre próprio corpo, diz estudo feito em 57 países | ONU News, abril de 2021.

HONNEF, Fernanda.; ARBOIT, Jaqueline; PAULA, Cristiane Cardoso de; PADOIN, Stela Maris de Mello. Escolhas das mulheres no processo de parto: revisão integrativa. **Ciência, Cuidado e Saúde**, [S. l.], v. 18, n. 4, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1120051>. Acesso em: 11 mar. 2025.

LEAL, Neide Pires; VERSIANI, Maria Helena; LEAL, Maria do Carmo; SANTOS, Yammê Ramos Portella. Práticas sociais do parto e do nascer no Brasil: a fala das puérperas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 941-950, mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/c8q3bjhmnqHQftKxfJQBm/?lang=pt>. Acesso em fev. 2025.

MAUADIE, Rejane Araújo; PEREIRA, Adriana Lenho de Figueiredo; PRATA, Juliana Amaral; MOUTA, Ricardo José Oliveira. Práticas discursivas acerca do poder decisório da mulher no parto. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e220103, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220103>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MORAIS, Jocasta Maria Oliveira; DANTAS, Sibeles Lima da Costa; PAZ, Bruna Silva do Nascimento; BEZERRA, Sabrina Maria de Matos. Assistência ao parto e nascimento sob a ótica de puérperas atendidas em uma maternidade pública. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 9, e2, 2019. DOI: 10.5902/2179769228225. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/28225>. Acesso em: 15 mar. 2025.

REIS, Thaise Haussen; LOHMANN, Paula Michele; COSTA, Arlete Eli Kunz da; LASTE, Gabriela. Aspectos relacionados às preferências e vivências das mulheres perante as vias de parto. **Enfermagem Foco**. 2024;15:e-202446. Disponível em: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2024.v15.e-202446>. 3760

ROCHA, Nathalia Fernanda Fernandes da; FERREIRA, Jaqueline. A escolha da via de parto e a autonomia das mulheres no Brasil: uma revisão integrativa: uma revisão integradora. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 44, n. 125, abr-jun, p. 556-568, 2022. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/2793>. Acesso em: 11 mar. 2025.

RODRIGUES, Queliane Gusmão; GUSMÃO, Karine; NASCIMENTO, Lais Cardoso de; ARAÚJO, Lihian Alves de; Mota, Elias Emanuel Silva, CAMISÃO, Agnes Raquel. Fatores que influenciam a decisão da via do parto. **Ver. Cient. Esc. Estadual Saúde Pública Goiás "Cândido Santiago"**. [S. l.], v. 8, n. 800005, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22491/2447-3405.2022.V8.80005>. Acesso em: 11 mar. 2025

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 13 mar. 2025.

VIDAL, Ávila Teixeira; BARRETO, Jorge Otávio Maia; RATTNER, Daphne. Barreiras à implementação de recomendações ao parto normal no Brasil: a perspectiva das mulheres. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 44, e164, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rpsp/2020.v44/e164/>. Acesso em: fevereiro de 2025.